

RETROSPECTIVA

A IRREDUTIBILIDADE DO ATO ILOCUCIONÁRIO COMO FATOR INIBIDOR DO ÊXITO DAS TENTATIVAS TAXONÔMICAS

Kanavillil RAJAGOPALAN (Universidade Estadual de Campinas)

"Toda classificação implica uma ordem hierárquica para a qual nem o mundo tangível nem a nossa mente nos fornece o modelo." -- Émile DURKHEIM e Marcel MAUSS (De Quelques Formes Primitives de Classification, Année Sociologique, 1901-2)

ABSTRACT: This paper surveys the rather long history of the failure of successive attempts to classify illocutionary acts and to suggest a possible hypothesis as to why there is precious little on the credit side in this regard to date. It is argued that such attempts invariably produced poor results, not because they failed to come up with watertight, fool-proof criteria for classification, but because there simply cannot be any such criteria to begin with. This in turn is attributed to the possibility that illocutionary acts may, for aught we know, well turn out to be emic entities and as such proof against every attempt to reduce them to cross-cultural primitives of universal applicability- a condition that must first be met before classificatory attempts of the sort under consideration may even hope to get off the ground.

1. A problemática

A literatura, já razoavelmente respeitável, sobre a teoria dos atos de fala está repleta de destroços das inúmeras tentativas que objetivaram classificar os atos ilocucionários (1) cuja quantidade exata, nem Austin, o pai da teoria, se atrevia a arriscar, a não ser com uma estimativa propositalmente vaga que previa algo na ordem de 10 à terceira potência (Austin, 1962/1990: 122-123). (2) Sem esquecer, é claro, a tentativa pioneira por parte do próprio Austin (1962/1990), podemos enfileirar as de Searle (1971), Vendler (1972), Ohmann (1972), Fraser (1974), van Ek e Alexander (1975), Sinclair e Coulthard (1975), Candlin (1976), Holdcroft (1978), Bach e Harnish (1979), Verschueren (1980), Ballmer e Brennenstuhl (1981), Edmondson (1981), etc. etc. Diante de tantos insucessos sucessivos, já não se vê mais tamanho entusiasmo nesse sentido entre os estudiosos atualmente, visto que trabalhos como Reiss (1985) ou Wierzbiska (1985,1986) constituem casos isolados em comparação à verdadeira enxurrada que a década anterior testemunhou. Por certo, isso não implica desencanto, muito menos desistência definitiva. Implica, ao que parece, maior cautela -- por sinal, sempre aconselhável em empreendimentos do gênero.

Passado o calor do entusiasmo inicial, o momento parece oportuno para rever a questão de um outro ângulo. Será que haveria algo no próprio conceito do ato ilocucionário que obrigatoriamente frustrasse todo e qualquer esforço classificatório? Isto

é, é possível que as mais variadas tentativas de agrupar os atos ilocucionários em classes distintas mutuamente excludentes não produziram os resultados desejados, não porque lhes faltaram rigor e cuidado suficientes, mas porque a própria missão estava fadada a fracasso, por motivos de ordem estritamente teórica?

No que se segue, gostaria de me dirigir a essa pergunta, com o intuito de respondê-la de forma afirmativa; ou seja, procurando sustentar a tese de que o próprio conceito de classes de atos ilocucionários padece de uma incoerência irremediável -- tese esta que reconheço ser um tanto ousada e que no entanto justificaria da seguinte forma: precisamente em virtude de seu caráter radical, teria valido todo o esforço mobilizado para sustentá-la, mesmo que fossem comprovadas falhas no presente raciocínio, ou que contra-argumentos suficientemente poderosos fossem arregimentados por um eventual debatedor inconformado, fazendo com que o presente trabalho também acabasse se juntando aos destroços que já proliferam no campo. Esforçar-me-ei no sentido de construir um argumento que sustente a minha posição que, por motivos estratégicos de exposição, será consolidada em três partes (atravessando 6 seções). Num primeiro momento, defenderei a hipótese de que qualquer esforço classificatório (no sentido mais bem caracterizado a seguir) tem que partir de uma concepção atomística do ato de fala (sec. 2, 3). Numa segunda etapa, será defendida a idéia de que o ato ilocucionário se constitui em uma unidade irreduzível (sec. 4,5,6). Por fim, na terceira fase, será examinada a

incompatibilidade radical entre a irredutibilidade do ato ilocucionário e a meta classificatória que se apóia exatamente no reducionismo atomístico.

2. O esforço classificatório e atomismo

Segundo uma tradição já consagrada na matemática, o termo 'classe' se refere à 'extensão de um conceito' *stricto sensu*, ao contrário de 'conjunto' que pode cobrir um amontoado de objetos arbitrariamente escolhidos como extensões de determinados tipos de predicados (Cf. Flew, 1979:60). É fácil constatar que por trás de todas as tentativas de cunho tipológico dirigidas a atos de fala está o desejo de identificar e isolar alguns conceitos que sejam fundamentais ou comuns a todos os atos. Bases taxonômicas não tipológicas tais como históricas ou geo-políticas ou étnicas ou até mesmo funcionais, no sentido pleno deste termo, não têm sido invocadas pelos estudiosos interessados na questão e ficarão, por conseguinte, fora do âmbito da presente discussão também.

Quando Austin classificou os atos em cinco grupos, a saber, veriditivos, exercitivos, comissivos, comportamentais e expositivos, ele o fez valendo-se de critérios puramente intuitivos e reconhecidamente vagos. Tanto é assim que ele chega a admitir todo o seu desconforto a respeito, nas seguintes palavras:

As últimas duas classes são as que acho mais difíceis, e bem pode ser que não estejam nitidamente classificadas ou que

estejam um tanto embaralhadas, ou mesmo que necessitem de uma classificação inteiramente distinta. Não estou, de modo algum, propondo nada definitivo. Os comportamentais criam problemas porque parecem demasiado heterogêneos, os expositivos porque são excessivamente numerosos e importantes, e tanto parecem estar incluídas em outras classes quanto parecem, por vezes, ser *sui generis* de uma forma que não consegui esclarecer nem para mim mesmo. Bem se poderia dizer que todos os aspectos estão presentes em todas as classes. (Austin, 1962/1990:124).

Ao que parece, Austin também se deixou enganar ao pensar que houvesse uma certa relação de biunivocidade entre atos ilocucionários e os verbos performativos utilizados em sua realização de forma explícita -- donde a sua sugestão programática de que a maneira correta para descobrir a quantidade exata de atos ilocucionários em uma determinada língua fosse vasculhar um dicionário daquela língua, anotando todos os verbos performativos nele constantes.

Com muita propriedade, Searle (1971) identifica todos esses defeitos na tentativa de Austin, como parte da justificativa para propor a sua taxonomia alternativa. Para Searle -- muito acertadamente, creio eu -- é imprescindível distinguir entre verbos ilocucionários e atos ilocucionários. "Diferenças entre verbos ilocucionários são uma boa dica, porém não uma dica certa, para diferenças entre atos

ilocucionários". (Searle, 1971/1979: 2). Com isso, o autor abre mão da biunivocidade. Contudo, na mesma passagem, Searle se refere a 'ilocuções', segundo ele parte da Linguagem (note-se, com 'l' maiúsculo), ao contrário dos verbos ilocucionários que pertenceriam a esta ou aquela língua particular: português, alemão, francês, inglês etc. E quanto aos atos ilocucionários? Por motivos desconhecidos, Searle se esquivava de explicitar sua posição a respeito, deixando em dúvida, de que lado do pêndulo deveriam se situar os atos ilocucionários propriamente ditos. Seriam estes últimos específicos de cada comunidade de fala ou pertenceriam ao **homo loquens**?

Embora não haja prova concreta textualmente disponível a respeito do que pensa exatamente cada um dos dois filósofos, não me parece demasiado complicado adivinhar o compromisso metafísico que assumem. Na medida em que Austin se propusera a tentar uma classificação dos atos a partir de uma análise dos verbos de sua língua materna, o inglês, ele, com certeza, tinha como posição fechada a tese de que os atos ilocucionários se definem em relação a línguas (ou melhor, comunidades de fala) específicas. Ao contrário, Searle, quando rejeita a classificação do mestre e propõe a sua taxonomia alternativa, baseada em doze "dimensões de variação" -- não mais elaboradas em termos das palavras inglesas mas, sim, em termos de conceitos extralinguísticos -- parece estar se comprometendo com a tese de seus critérios de classificação estarem acima da especificidade das línguas particulares, isto é, universais

na acepção plena deste termo (4) . Afinal, o que vem a ser um universal senão um atributo predicado sobre todos os membros de uma classe? Enquanto os objetos podem ser particulares, as qualidades estas, sim, são universais. Diz Searle (1971/1979: 10): "O defeito mais importante da taxonomia [de Austin] é simplesmente o seguinte: Não há um princípio ou um conjunto de princípios claro e consistente sobre o qual possa ser erguida tal taxonomia". Quanto à sua própria proposta, Searle adota a segunda das duas alternativas, ou seja, um conjunto de princípios ao invés de um único. Assim, após lamentar um possível mal-entendido decorrente da metáfora contida na primeira palavra do termo 'força ilocucionária', que pode levar alguém a pensar que os diversos atos ocupem lugares diferentes num único contínuo de força, Searle diz acreditar na possibilidade de definir cada ato como resultado de um "encruzilhado de vários contínuos distintos" ("several distinct criss-crossing continua" (Searle, 1971/1979: 2).

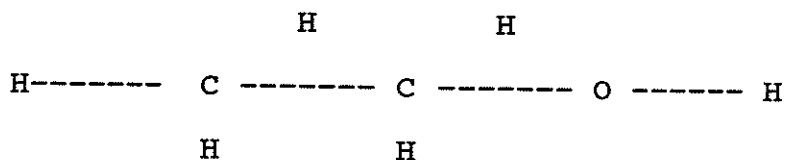
É notável a semelhança entre a proposta de Searle e um dos principais argumentos de que se valeram os fonólogos da Escola de Praga e subseqüentemente os gerativistas, quando pleitearam a substituição do conceito de 'fonema' por 'traços distintivos'. (5) As unidades de análise, longe de serem específicas de cada língua, tornar-se-iam, segundo os defensores da nova ótica, meras composições circunstanciais formadas a partir de traços genuinamente universais (6).

Em seguida, chegaria a vez da semântica gerativa incorporar o conceito de

traços universais de sentido. "Uma teoria semântica concebe a análise semântica de cada tipo de constituinte, de morfemas a sentenças, como tendo a mesma forma, a saber, uma análise componencial do constituinte que o decompõe até chegar a um conjunto de conceitos universais..." (Katz e Nigel, 1974: 323). Ou seja, a exemplo de que aconteceu com o fonema, cada item lexical, cada semema, passou a ser visto como uma combinação (em princípio, *sui generis* a cada língua) de traços (estes sim, universais).

Foi Katz (1966: 156) quem chamou a atenção para a semelhança entre a abordagem gerativista e a química:

Há uma analogia entre a fórmula de um composto químico e uma leitura (que pode ser pensada como uma fórmula de um composto semântico). A fórmula do composto químico álcool etílico



representa a estrutura de uma molécula de álcool de modo análogo ao modo em que uma leitura de 'solteiro' representa a estrutura conceitual de um de seus sentidos. Ambas as representações exibem os elementos a partir dos quais se forma o composto e as relações que o produzem. No primeiro caso, a fórmula emprega construtos químicos 'molécula de hidrogênio', 'nexo químico', 'molécula

de oxigênio' etc., ao passo que, no segundo caso, a fórmula emprega os conceitos lingüísticos 'objeto físico', 'masculino', 'restrição seletional' etc.

Postal (1970): 100-101) chegou a falar em 'átomos semânticos' e 'moléculas semânticas', ainda que não se desse aos termos mais importância do que enquanto meras metáforas convenientes (Cf. Zwicky, 1973:47).

De qualquer forma, se for válido, como creio que de fato é, o paralelo que sugeri acima entre a tentativa por parte de Searle de delinear 'dimensões de variação' e a procura de traços distintivos em fonologia e semântica, pode-se concluir que todas essas empresas compartilham da tese de atomismo.

3. Uma história de fracassos repetidos

A grande ironia de toda essa história das tentativas sucessivas de classificação de atos ilocucionários, porém, ficou por conta daqueles que chegaram, no rastro de Austin e Searle, a se debruçar sobre a questão (Cf. Holdcroft, 1978; Leech, 1983; Ballmer e Brennenstuhl, 1981; Edmondson, 1981 entre outros): todos eles foram unânimes em apontar na proposta alternativa de Searle exatamente a mesma falha que ele havia afirmado ter encontrado na tentativa de Austin, ou seja, de confundir atos ilocucionários com verbos ilocucionários.

Holdcroft (1978) e Leech (1983) sustentam que Searle não consegue, no fundo, desvencilhar-se da tentação de identificar ato ilocucionário com verbo performativo,

pois continua a considerar o performativo como forma canônica de cada ilocução. Já Ballmer e Brennenstuhl (1981) perguntam de que outra forma Searle poderia pôr a mão no conjunto de verbos que nomeiam os diversos atos ilocucionários, senão com o auxílio de um postulado implícito de biunivocidade entre ambos. Para Edmondson (1981) não resta mais nenhuma dúvida de que, a despeito de toda a pretensão em contrário, Searle estava de fato se deixando guiar por conceitos evocados por um conjunto de itens lexicais de sua língua materna, o inglês. (Ver Tsui, 1987: 360, para discussão maior).

A história porém se repete e persiste também a ironia que nela detectamos há pouco. Pois o que se vê em todos esses pesquisadores -- sem exceção -- é um enorme entusiasmo quando se trata de desfechar críticas às tentativas anteriores mas um magro e decepcionante êxito na hora de dar conta do recado, após ter estabelecido como meta superar as falhas e apresentar taxonomias alternativas cada vez melhores. Fraser (1974), por exemplo, nem sequer esconde o jogo quando declara ter como meta "investigar casos claros de atos ilocucionários que tenham verbos performativos correspondentes, estudar até onde for possível as propriedades semânticas destes verbos, e formular uma análise provisória de verbos performativos e, por tabela, atos ilocucionários" (Fraser, 1974: 140).

4. A nova consciência

Em meio a tantos fracassos

sucessivos, houve também alguns avanços positivos (se bem que estes acenassem para uma conclusão em direção exatamente oposta), graças ao trabalho minuciosamente empírico desenvolvido por um grupo de pesquisadores em ambientes sócio-culturais mais variados. Sem dúvida, um dos grandes destaques é Rosaldo (1982). Diz ela: "Teóricos de ato de fala procuram compreender o fato de que falar do mundo 'lá fora' necessariamente acarretará não só proposições a serem avaliadas em termos veritativos, como também algo a mais: intenções comunicativas. A significação das nossas palavras devem assim depender não só daquilo que dizemos, mas também de que nós somos e do que esperamos que os nossos interlocutores saibam." (Rosaldo, 1982: 204). Com base em seu trabalho de campo desenvolvido na comunidade de Ilongot (Filipinas), a pesquisadora põe em dúvida a própria possibilidade de fazer uma taxonomia de atos de fala com o objetivo de que esta sirva "de fundamentação para uma tipologia transcendental de ação lingüística." (Rosaldo, 1982: 212).

Também vai na mesma direção o trabalho de Duranti (1983, 1988). Apoiando-se em dados coletados numa pesquisa de campo realizada nas ilhas de Samoa, Duranti pleiteia a necessidade de respeitar a especificidade cultural de cada comunidade de fala e de prestar maior atenção às suas características peculiares, no lugar da prática vigente de usar o rolo compressor da doutrina universalista a fim de tratá-la como uma mera variante superficial e inconseqüente.

Por sua vez, Holmes (1988) levanta

a hipótese de que um simples ato como o de parabenizar revele, em seu funcionamento, diferenças cruciais entre os sexos masculino e feminino. -- da mesma forma que fatores culturais parecem influenciar decisivamente atos tão corriqueiros como solicitar e pedir desculpas, como revelaram Blum-Kulka e Olshtain (1984), Trosberg (1987), e o próprio trabalho de Holmes (1990). Como chega a admitir a autora nesse último trabalho, após tentar uma caracterização universal do ato de pedir desculpas, "É difícil especificar em maiores detalhes o conteúdo de ato de pedir desculpas, de qualquer outra forma que seja mais esclarecedora, uma vez que tal função pode ser alcançada de um número infinito de maneiras, dependendo do delito que estiver envolvido" (Holmes, 1990: 159). As pesquisas realizadas por outros estudiosos como Smith-Hefner (1988), Wetzel (1988), Singh, Lee e Martoharjono (1988) e Singh e Lee (1990) chegam a conclusões bastante semelhantes.

Estes trabalhos, se, de um lado, vêm reforçar as reflexões teóricas como as de Silverstein (1979), Streeck (1980) e Vershueren (1983), todas contrárias à *received opinion*, de outro lado, recebem confirmação adicional, embora esporádica, de observações como as de Harris, S. (1980), sobre a inexistência nas línguas aborígenes da Austrália de verbos correspondentes a 'agradecer' e 'pedir desculpas', como também, as observações sobre o receio cultural dos japoneses em relação a 'pedir demissão' (conceito intraduzível em japonês), por se tratar, no modo de entender desse povo, de um gesto unilateral e arrogante por parte do empregado (discutido em Wierzbicka, 1986a).

5. A renovação da meta antiga

No que tange à reflexão teórica sobre atos de fala, a década de 80 presenciou duas tendências mutuamente conflitantes. Pois, ao mesmo tempo em que um número cada vez maior de pesquisadores se convencia do caráter irredutivelmente cultural dos atos ilocucionários, outros estudiosos como Wierzbicka (1980, 1985, 1986) se achavam correndo atrás do prejuízo, procurando encontrar qualquer fator/elemento nessas unidades de análise etnográfica que pudesse servir de material para a construção de um plataforma supra-lingüística (leia-se universal).

"Forças ilocucionárias são estruturas semânticas complexas" (Wierzbicka, 1980: 295) -- este enunciado bem pode ser eleito como o mote desse movimento. "Em alguns casos," acrescenta a pesquisadora, "essas estruturas semânticas complexas correspondem a simples construções sintáticas, baseadas num único verbo performativo. Em outros casos, porém, não se tem nenhum expoente singelo de forças ilocucionárias. Em todos os casos, a força ilocucionária pode ser decomposta a fim de se obter um grande número de componentes -- assunções, intenções e assim por diante."

Já em Wierzbicka 1985b e 1986b, a autora não tem mais nenhuma dúvida sobre o caráter semântico da força ilocucionária (uma herança, sem sombra de dúvida, do tratamento dado à tese austiniana pelos semânticos gerativistas) e explicitamente se propõe a formular um metalinguagem capaz de solucionar

todos os problemas ligados à derivação e comparação dos significados ilocucionários -- uma metalinguagem que seja independente de valores culturais, porém construída a partir de língua natural (Wierzbicka, 1985: 491). Para Wierzbicka, ao contrário de Rosaldo (1982), Duranti (1983), Ochs (1988) e outros, a especificidade cultural estaria limitada à taxonomia popular (folk taxonomy) de cada povo em relação aos próprios atos de fala, o que deixaria ileso a procura de bases universais ou transculturais a um nível mais profundo.

Em contraposição à tentativa de Wierzbicka, que trabalha dentro da linha teórico-introspectiva, porém fiel à meta de identificar elementos transculturais, a década de 80 também testemunhou trabalhos esporádicos como os de Ballmer e Brennenstuhl (1981), Verschueren (1980) e Reiss (1985), que seguem uma metodologia rigorosamente empírico-observacional, dentro de uma linha já traçada na década anterior. De acordo com essa linha, o trabalho de observação se concentrava em universos de discurso bem específicos como os de Labov e Fanshel 1977 (sessões psiquiátricas), Sinclair e Coulthard 1975 (interação aluno/professor), Wilkins 1976 (ensino de línguas), Candlin et al 1976 (interação médico/paciente), Wells et al 1976 (interação mãe/filho) -- não se devendo esquecer van Ek e Alexander 1975, em que o trabalho empírico levou em conta também as prováveis necessidades comunicativas dos usuários pretendentes (no caso, aprendizes de inglês como língua estrangeira).

A meta, como já observei, permanece inalterada. Ou seja, tanto na linha teórico-

introspectiva como na empírico-observacional, todo o esforço se dirige à tarefa de aperfeiçoar os critérios de classificação, abrindo caminho para novas propostas taxonômicas, quem sabe cada vez melhores.

Foi nesse espírito que Hansher (1979) acolheu entusiasticamente a proposta alternativa de Searle (1971) que, segundo o autor, possuía o mérito de ser "mais econômica do que a de Austin". (A objeção evidente de fato levantada por, entre outros, Flowerdew (1990) quanto à propriedade de considerar mais econômica uma taxonomia que emprega 12 categorias contra as 5 de Austin, embora procedente, não invalida o teor da nossa argumentação, pois evidencia apenas o fosso enorme entre a promessa e o cumprimento). Há que se mencionar também casos isolados como Norrick (1978), que são mais modestos, pois tencionam aprimorar apenas partes específicas de uma taxonomia já elaborada.

Convém ressaltar que as duas linhas principais mencionadas acima geram uma certa tensão entre, de um lado, a adequação descritiva e, de outro, o potencial de generalização (cf. Flowerdew, 1990: 83). Assim, da mesma forma que os trabalhos da linha teórico-introspectiva foram um a um objetos de críticas no sentido de não corresponderem aos fatos, os trabalhos rigorosamente empíricos também foram criticados, desta vez, por não terem embasamento teórico suficiente.

Houve também, nesse mesmo período, quem tentasse achar um meio termo. Permito-me citar um longo trecho do primeiro parágrafo de um trabalho intitulado 'On illocutionary

types' de autoria de Sbisà (1984) (a tradução, como nos demais casos, é minha) que ilustra muito bem o espírito dessa empreitada:

O objetivo do presente trabalho é propor uma reconsideração do antigo (talvez antiquado) problema da classificação de atos ilocucionários. Isso não quer dizer que estejamos prestes a descobrir qualquer novidade a respeito desses atos. Tentaremos reformular o que já sabemos, de acordo com critérios diferentes e, sob alguns aspectos, mais sofisticados. A nossa tentativa procurará evitar tanto o objetivo tradicional de se chegar a taxonomias bem nítidas quanto a orientação recente de atitude empírica que desiste de qualquer classificação. O problema principal da primeira abordagem está no seu pendor para o fixismo, (fixism): os tipos disponíveis de atos ilocucionários parecem estar estabelecidos de uma vez para sempre e não conseguem dar conta nem dos exemplos oferecidos pelo próprio teórico. O principal defeito da segunda abordagem está no fato de que ela corre o risco de uma perda de relevância: quando tudo é empírico, e tudo o que é empírico é relevante, tudo é relevante, e o pesquisador se acha sem critérios para selecionar seus objetos e categorias." (Sbisà, 1984:93).

Sbisà, evidentemente, propõe-se tentar superar as duas falhas ao mesmo tempo. Era essa também, como já vimos, a meta

programática dos pesquisadores que trabalharam no **Threshold Level English** quando reivindicaram para seu modo de trabalhar uma certa latitude de manobra que o tornaria "susceptível de modificação e refinamento contínuos, resultado de feedback constante advindo dos usuários da taxonomia" (van Ek e Alexander, 1975). É interessante registrar aqui que Sbisà, autora do longo trecho citado há pouco, diria cinco anos mais tarde em sua resenha sobre Reiss (1985) que "a idéia da atribuição de força [ilocucionária] como um processo heurístico (e da taxonomia dos atos de fala como uma espécie de heurística) talvez seja uma das sugestões mais férteis que o livro traz." (Sbisà, 1989: 141). Retomaremos adiante essa novidade que está entre os primeiros sinais de um abandono da procura de um algoritmo taxonômico, de um conjunto de regras determinísticas, que trouxesse uma mecanicidade (leia-se a eliminação de todos os fatores de ordem subjetiva) à tarefa classificatória.

Na contramão da história está, portanto, Reeder (1983), que chega a pleitear abertamente um desempate, nos momentos de tensão aos quais se refere Flowerdew (1990), a favor da elegância do aparato teórico, por entender que "a estrutura raramente se exhibe no comportamento, porém subjaz à dimensão observável de um modo abstrato", princípio este que o autor devidamente credita à concepção chomskiana de linguagem.

Talvez valha a pena a essa altura salientar um outro aspecto em que todas essas tentativas de segunda geração, de modo geral, distinguem-se das tentativas anteriores. Concentrando-nos no trabalho de Wierzbicka

(por se tratar de um trabalho contínuo e consistente, e também por ser um trabalho de grande repercussão), podemos verificar que este já não incorre no mesmo erro de analisar os verbos performativos, confundindo-os com os atos correspondentes. Para Wierzbicka, só seriam alcançados os resultados desejados, se dispuséssemos de uma metalinguagem à altura da tarefa, metalinguagem esta que seria como que fruto (se bem que a própria Wierzbicka não coloca a questão nestes termos) de uma espécie de "ascensão semântica" (semantic ascent) tal qual foi preconizada por Quine (1960). Essa metalinguagem, portanto, é bastante diferente da defendida por Leech (1976: 82), que trata enunciados performativos como um caso peculiar de discurso indireto tomando como base de apoio o insight de Davidson (1969: 172) de que eles se auto-satisfazem quanto ao valor veritativo ("tend to be self-fulfilling"), que por sua vez remete à visão veri-funcional clássica e anti-austiniana de Lemmon (1962) e Hedenius (1963) (e que Searle, escrevendo em 1989, considera -- num desses gestos difíceis de se explicar -- "a visão contemporânea mais aceita" - Cf. Searle, 1989: 535). A estratégia de Wierzbicka é também diferente da proposta de Lewis (1972), Bach (1975), Ginet (1979) e Bach e Harnish (1979) de tratar todos os enunciados performativos como asseverações (Veja Grewendorf (1979) para uma posição contrária), e de Searle e Vanderveken (1985) de tratá-las como declarações.

A metalinguagem que Wierzbicka quer formular tem como meta, conforme vimos, afastar-se do caráter marcadamente cultural das taxonomias populares (folk taxonomies) de

que todo analista, segundo a autora, não só precisa, mas deve valer-se num primeiro momento. De forma análoga, Verschueren (1979) acredita ser factível uma taxonomia construída a partir não de verbos performativos mas dos chamados verbos ilocucionários. Os verbos ilocucionários englobariam todos os verbos performativos propriamente ditos (que na abordagem de Searle têm a função de servir de IFIDs -- indicadores de força ilocucionária) e, de quebra, englobar também os famosos casos que sempre foram um tanto embaraçosos como 'ameaça', 'desafio', etc. (7), que não se enquadram no formato clássico, por não serem passíveis de execução com auxílio de um verbo na primeira pessoa, presente do indicativo etc. Embora não fale diretamente em metalinguagem, o motivo que leva esse autor a analisar os verbos a nível de relatos dos diversos atos e não em sua modalidade aorística é inconfundível: o de trabalhar com situações consumadas que, enquanto tais, são fáceis de se abordar em termos de semântica veritativa clássica.

Curiosamente, porém, o mesmo Verschueren se posiciona contrário à tentativa de Boguslawski (1983) de analisar semanticamente a expressão 'A prometeu a B que...', especificando as condições necessárias e suficientes para seu emprego verdadeiro. Estranho ainda é que Verschueren (1983) faz sua crítica à tradição, na qual se insere seu próprio trabalho anterior que se inspira no trabalho de Searle (1969), apelando, quem diria, ao trabalho de Rosaldo (1982) entre outros, como também aos atos ilocucionários que podem ser executados

mediante gestos não-verbais (idéia esta que, num gesto que no meu entender chega a ser o cúmulo da confusão conceitual que se instalou no caso, foi aceita sem qualquer constrangimento por Boguslawski (1983b), em sua tréplica).

Independentemente do veredito final nessa polêmica, parece, no entanto, que Verschueren tem razão quando aponta para uma diferença não-trivial entre a proposta de Searle de um lado, e, a sua de outro, (como também a de Wierzbicka). É que enquanto estas últimas são propostas no sentido de solucionar o problema a um nível meta, isto é, em um outro nível, de ordem mais elevada, a tentativa de Searle permanece, como já foi visto acima, um trabalho essencialmente intuitivo sobre o uso dos diversos verbos performativos na língua materna do autor.

Para completar o nosso quadro, é preciso mencionar também a tendência que consiste em tentar derivar as forças ilocucionárias a partir de modalidade sintática, tendência esta que sempre fascinou lingüistas desde que a matéria foi encampada pela disciplina e, de modo especial, pela semântica gerativa (Cf. Ross, 1970; Lakoff, 1972; Sadock, 1974 etc.). Tentativas como as de Hausser (1980), Lieb (1980), Auwera (1980) e Davidson (1982) se inserem nessa tendência sintatizante. A idéia norteadora é a de que as principais modalidades sintáticas -- no caso de Auwera (1980) por exemplo, as escolhidas são 4, a saber, assertiva, interrogativa, imperativa e optativa -- se constituiriam em atos ilocucionários básicos. No entender de Fodor (1977:21), a teoria dos atos de fala é uma teoria que "atenta

explicitamente para sentenças desses tipos". No caso de alguns autores, verifica-se também um esforço a mais no sentido de justificar a escolha de categorias básicas, apelando-se, por exemplo, para resíduos de sentido irrefutável como a crença, no caso de assertivos, de que um determinado estado de coisas se obtenha. Quanto a essa crença, segundo argumentam esses teóricos, o locutor precisa dar a entender que de fato a tem em mente, e que a usa como base de sua fala (Nos demais casos, estaria em jogo ou a ausência de tal crença ou a presença de um desejo em seu lugar).

6. A hipótese da irredutibilidade do ato ilocucionário

Se por um lado o esforço taxonômico esteve presente desde o princípio, isto é, desde as primeiras reflexões austinianas concernentes aos atos de fala, também é verdade que sempre houve um viés cético a respeito da questão. Não se pretende negar, de forma alguma, a opinião textualmente registrada por Austin (1962/1990: 122) de que um bom dicionário resolveria em grande parte todo o problema. Entretanto, como diz Brown (1962: 347): "O trabalho de Austin é por vezes caracterizado como se ele fosse fruto de uma 'partenogênese', com dicionários desempenhando o papel de parteiras", acrescentando em seguida que nada pode estar mais longe da verdade do que uma conclusão apressada como aquela. Numa outra oportunidade (Rajagopalan, 1990: 232), referi-me ao que descrevi como "uma movimentação interna insólita" no texto de

Austin, que acredito ter impedido muitos leitores de perceber que Austin sempre teve o cuidado de qualificar, ou, até mesmo, voltar atrás e questionar a validade de uma proposta que acabara de esboçar. É assim que, no Capítulo XXII (8) de Austin (1962/1990), o filósofo diz, como parte do balancete geral das reflexões que fez até o momento:

O que não sobreviverá à transição, exceto talvez como caso limite, é a noção da pureza dos performativos. Isso em nada nos deve surpreender, pois essa nos criou dificuldades desde o início. Ela se baseava essencialmente na crença na dicotomia performativos/constativos, que, como já vimos, tem que ser substituída pela idéia de que há famílias mais gerais de atos de fala relacionadas e sobrepostas parcialmente, que são, precisamente, os que agora tentaremos classificar" (Austin, 1962/1990: 122).

Assim que esboça sua taxonomia, Austin se impressiona pela precariedade da sua proposta (ver a citação no início da Seção 2).

Nada mais precisaria ser acrescentado à questão do ceticismo de Austin, a não ser o fato de que ele talvez tivesse deixado de levar a fundo as implicações wittgensteinianas do próprio termo 'famílias mais gerais de atos de fala' constante da citação acima. (Rajagopalan, 1989). Isso porque, considerar a possibilidade de que os atos se agrupem, mesmo na melhor das hipóteses, em 'famílias', é admitir que o máximo que se pode constatar é uma semelhança

vaga entre certos elementos do conjunto (e não de uma classe, lembrando-se da distinção que adotamos no início da seção 2) -- subvertendo, dessa forma, qualquer esforço taxonômico criterioso e definitivo. Com efeito, o método algorítmico precisaria ser abandonado não a favor do heurístico (como advoga Reiss, 1985), mas, sim, de um método, quem sabe inteiramente estocástico. Como afirma Finlay (1988: 13), "Austin se distingue dos atomistas lógicos, dos seguidores da Port-Royal, ou mesmo de Chomsky, enfim de todos aqueles que apostam na existência de um ideal esquelético subjacente à linguagem cotidiana." Por outro lado, Liedtke (1990) mostra como o trabalho de Searle, que tem a pretensão de ser uma exegese dos pensamentos de Austin, divide-se em duas fases históricas, de *Speech Acts* e de *Intentionality*, respectivamente, acrescentando que quanto mais a sua filosofia vai se concentrando nas intenções, menos ela se revela capaz de formular uma teoria sobre o comportamento comunicativo dos seres humanos.

É interessante observar que ao longo dessas três décadas que testemunharam tantas tentativas taxonômicas, vêem-se também alguns momentos que se destacam por uma percepção nítida de algumas das insuperáveis dificuldades que primeiro precisariam ser solucionadas, antes que fossem definidas as bases de uma possível taxonomia. A seguir, chamarei a atenção para alguns desses momentos.

Franck (1984) traz para o centro da discussão algo que ficara posto à margem: a dificuldade empírica de identificar um ato

ilocucionário in vivo. No dizer dela, "Antes de podermos analisar um ato ilocucionário, é preciso identificá-lo" (Franck, 1984: 87). É a antiga questão da "pureza" do ato, agora ressuscitada diante da incerteza crescente. O que, porém, Franck deixa de perceber nesse trabalho de grande perspicácia é, diga-se de passagem, que analisar ou mesmo identificar em si já é um ato como qualquer outro -- idéia esta que, por sua vez, reduziria qualquer solução, que pudesse vir a ser adotada, a mais um gesto de pôr o parêntese, de exclusão estratégica.

Ao longo dos tempos, tem havido várias manobras para esquivar da questão da "impureza" do conceito do ato ilocucionário. Uma das primeiras é a de Searle (1969: 54 - 55), que consiste em se concentrar nos 'casos paradigmáticos', ou nos 'simples casos idealizados' com a justificativa de que se tratasse apenas de uma decisão metodologicamente motivada, ou seja, supostamente sem qualquer desdobramento a nível teórico. Já em um de seus primeiros trabalhos publicados sobre a questão, Searle havia tomado a decisão de incluir as chamadas condições de felicidade entre as que seriam necessárias para a consecussão de um ato, por exemplo 'promessa', alegando: "Nunca seremos capazes de estipular um conjunto definitivo de condições necessárias e suficientes que possam fielmente espelhar o uso comum da palavra 'promessa'. Estou me atendo, portanto, ao centro do conceito de prometer, ignorando a borda, a margem, e casos parcialmente defeituosos." (Searle, 1965: 47). E desse passo estratégico é que surge a tendência de encarar a sentença como unidade

padrão para a realização de um ato (Cf. Schmidt e Richards, 1980).

Dentre os mais variados momentos em que tal decisão se encontra em franco atrito com situações práticas de análise, estão:

(a) a necessidade de se outorgar o status de atos ilocucionários a certos atos não-lingüísticos realizados, por exemplo, por intermédio de gestos (Cf. Austin, 1962: 118-120); Holdcroft, 1964: 177; Wright, 1975: 373; Boguslawski, 1983: 634);

(b) a possibilidade de considerar um único enunciado como representando, ao mesmo tempo, diversos atos ilocucionários (Fraser, 1975: 189; Sadock, 1974; Gazdar, 1976);

(c) os casos em que as chamadas condições de felicidade associadas a cada ato parecem estar vinculadas a seqüências inteiras de atos (Auwera, 1980; van Eemeren e Grootendorst, 1982);

(d) as situações em que, ao invés de estar restrito a um só falante-turno, o ato em questão parece extravasar para vários turnos descontínuos (Brown e Yule, 1983);

e, como se não bastassem todos esses,

(e) a idéia de que os contornos de atos sejam de fato indetermináveis, estando sua identidade instavelmente assegurada numa escala ou num contínuo (Cf. Leech,

1981; Givón, 1982; Tsuchihashi, 1983)
(9);

(f) a hipótese levantada por, entre outros, Beaugrande e Dressler (1981), de que além dos atos ilocucionários "relativamente bem definidos" que já foram objetos de estudo, haja um outro conjunto de atos, ilocucionários em todos os sentidos, porém "extremamente difusos";

(g) a sugestão de Hughes (1984) de que alguns atos só se concretizariam em consequência de um esforço coletivo e coordenado de um grupo inteiro de pessoas participantes;

(h) a tese de que existem mecanismos linguísticos cuja função é modificar as forças ilocucionárias dos enunciados em que se encontram, de tal sorte que um mesmo tipo de ato ilocucionário possa se apresentar em versões diferentes (Travis, 1975; Rajagopalan, 1981; Holmes, 1984; Flowerdew, 1991).

Todos esses casos parecem apontar numa mesma direção: a hipótese de **irredutibilidade** do conceito de ato ilocucionário. Isto é, levam à conclusão de que simplesmente não há como reduzir ou decompor um ato em algo que seja de qualquer outra natureza, pois são eles, os atos ilocucionários, as unidades mínimas da teoria, entes genuinamente êmicos. Sendo unidades diferencialmente estipuladas, a identidade de cada unidade se revela explicável tão-somente

em termos de exclusão e, não, como pressupõe a tentativa taxonômica, em termos de positivities. Isso tem diretamente a ver com a questão de 'famílias' que, como vimos, o próprio Austin levanta, embora sem se preocupar com um aprofundamento maior nas suas conseqüências. Ora, são vários os comentaristas que têm observado que a noção da semelhança de família de Wittgenstein aproxima o filósofo austríaco ao estruturalismo de Saussure, cuja pedra angular é precisamente a irredutibilidade das unidades êmicas (Cf. Harris. R., 1988).

É válido perguntar, a essa altura, por que tantos estudiosos, a começar pelo próprio Austin, entregaram-se à tentação de classificar os atos de fala, procurando para tal fim primeiro identificar positivities onde sabidamente só há diferenças. A resposta está, a meu ver, na excessiva preocupação com a cientificidade (10). Koller (1970) foi um dos primeiros a chamar a atenção para uma nova mentalidade que se instala já a partir de Searle (1969) -- obra esta que Levinson (1983) considera, com muita naturalidade, como essencialmente uma sistematização científica dos pensamentos austinianos.

Em trabalho recente, McDonough (1990: 263) alega que, embora tivesse iniciado sua carreira acadêmica fulminante com um ponto de vista "culturalista" em relação à teoria dos atos de fala, Searle jamais conseguiu levar a cabo a sua proposta e previsivelmente acabou se entregando à "fé na nossa era da visão científica", apontando como evidência concreta para essa guinada de 180 graus, a tese assumida em Searle (1983) de ser a intencionalidade um fato "bruto"

('brute fact') ou "um fenômeno biológico de andar térreo" ('ground floor biological phenomenon') - para usar a sua expressão predileta hoje em dia. Essa crítica de McDonough vai de encontro à observação de Baker e Hacker (1984: 65) de que nas mãos dos pesquisadores posteriores, a proposta austiniiana (sabidamente de inspiração aristotélica - cf. Brown, 1962; Urmson, 1967; Rajagopalan, 1990), sofreu um revés platônico, que se manifestou na forma de postular ingredientes comuns -- universais -- em todos os atos de fala (uma nota de rodapé, no texto de Baker e Hacker remete o leitor ao trabalho de Searle (1969) como exemplo típico dessa tendência infeliz).

A tendência universalizante da teoria dos atos de fala tem suas raízes num etnocentrismo cegamente assumido nas afirmações do tipo: "Quando as pessoas fazem solicitações, elas tendem a fazê-las indiretamente" (Clark e Schunk, 1980: 111) ou ainda: "Cada língua coloca à disposição dos usuários o mesmo conjunto de estratégias -- fórmulas semânticas -- para executar um ato de fala determinado (...) se se pode, por exemplo, numa língua, fazer uma solicitação inquirindo o interlocutor a respeito de suas condições em atendê-la (Pode fazer isto?), ou expressando o desejo de que o interlocutor faça a ação solicitada (Gostaria muito que você fizesse isto), logo as mesmas fórmulas -- estratégias -- serão disponíveis aos falantes de todas as línguas" (Fraser, Rinlett e Walters, 1980:79). Esses autores se inspiram nas 'regras universais de polidez' de que fala Searle (1975:76) que, embora reconheça a existência de diferenças entre as

diversas línguas no uso de formas indiretas de atos, prefere tratá-las como "meras diferenças idiomáticas, devidas à variação acidental."

No entanto, pesquisas como a de House e Kasper (1981) vêm, em tempo oportuno, jogar uma ducha de água fria no calor desse universalismo dogmático. Após constatar que os alemães tendem a optar por formas diretas para executar atos ilocucionários como queixar-se e solicitar, House e Kasper (1981: 134) fazem a seguinte ponderação:

De um ponto de vista ético, o comportamento dos falantes alemães pode muito bem ser considerado indelicado se se usa como ponto de referência uma norma inglesa; contudo, de um ponto de vista êmico que nós preferimos adotar aqui, tudo o que se pode dizer é que os comportamentos diferentes demonstrados pelos falantes alemães e ingleses podem ser um reflexo do fato de que os dois sistemas culturais são diferentemente organizados...

Vale a pena lembrarmos aqui a seguinte intervenção feita por Quine no simpósio sobre o tema "o ético/o êmico" durante a 87 Reunião da Associação Antropológica (Norte) Americana (AAA) em Phoenix, Arizona, em 1988:

O fonema está atrelado à cultura num sentido notavelmente preciso. É a cultura que aglutina em um mesmo fonema todos os seus alofones. (Quine, 1990:164)

7. Considerações finais

É evidente que a caracterização de um ato ilocucionário como uma unidade êmica, irreduzível, tem consequências de longo alcance. Em primeiro lugar, percebe-se a necessidade de resgatar o papel originalmente reservado por Austin para os atos ilocucionários - o de serem unidades de análise indissoluvelmente culturais, compreensíveis tão-somente enquanto fatos institucionais, específicos de cada comunidade de fala. Torna-se também urgente e peremptório rever toda a tendência universalizante que imperou nas duas ou três décadas nas mais diversas abordagens pragmáticas que abrigam em seu bojo o ato de fala como conceito central. Tudo isso, por sua vez, vai desembocar na consequência de que a naturalidade e facilidade com que a noção de ato de fala foi recebida e incorporada pelos modelos lingüísticos da época, entre eles a teoria gerativa, só poderiam ter produzido resultados tão desastrosos quanto imprudente e precipitado foi o entusiasmo inicial no sentido. Por fim, começa a ficar claro de uma vez por todas o porquê de Austin ter atingido o ponto culminante de suas reflexões quando ponderou: "O ato de fala em sua total plenitude, na plenitude total do seu contexto é, afinal de contas, o único fenômeno de fato que estamos engajados em elucidar" (tradução minha, direto do original inglês) (Austin, 1962: 148).

NOTAS:

(1) Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Processo No. 306151/88-0). registro aqui meus agradecimentos a esse Órgão, como também aos meus ilustres colegas Maria Cacília Perroni e Sírio Possenti e aos dois pareceristas anônimos da revista DELTA pelas excelentes dicas para melhorar a versão preliminar deste texto.

(2) Em seu tom brincalhão, Austin justifica, numa nota de rodapé, a escolha da circunlocução, alegando que se de um lado a forma matemática da descrição impressiona, do outro lado, a enorme margem de manobra acoberga a total ignorância sobre a questão.

(3) Isso não quer dizer que tais taxonomias não tenham relevância teórica. Na verdade, visto que o ato de fala é por excelência uma unidade de análise cultural, estudos comparativos a nível geo-político nos moldes de Emeneau (1964) podem perfeitamente trazer novos insights preciosos.

(4) A tendência universalizante do trabalho de Searle é tema de um artigo recente de McDonough (1990), a ser discutido na Seç. 6, adiante.

(5) O passo decisivo nessa direção foi a tese de que os fonemas teriam uma realidade fonética, defendida sobretudo pelos lingüistas norte-americanos.

(6) Cf. Jakobson e Halle (1956) e Chomsky e Halle (1968).

(7) Em trabalho recente, Nicoloff (1989) defende a posição de que ameaças não constituem aos ilocucionários propriamente ditos.

(8) Um fato curioso que vale a pena registrar, aqui, é que na edição brasileira do livro de Austin que traz como novidade -- por iniciativa do tradutor -- títulos diferenciados para cada uma das doze partes, o título escolhido para o capítulo final é exatamente: 'Classes de Força Ilocucionária' /

(9) É preciso fazer aqui a seguinte ressalva de que essa idéia abriga no fundo a possibilidade de uma taxonomia baseada na própria dimensão contínua, possibilidade energicamente rechaçada por Searle (1971), com o argumento de que estaríamos nos deixando influenciar pela metáfora inerente ao termo 'força'.

(10) O curioso aqui é que, por uma das tantas ironias da vida, Austin parece ter começado a levar a sério o seu próprio senso de humor a respeito. (Cf. nota de rodapé No. 2)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, L.L. (1962/1990). *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press. Trad. Bras. (1990). *Quando Dizer é Fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- AUWERA, J. van Der (1980). 'On the meaning of basic speech acts'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 4. No. 3. p. 253-264.

- BACH, K. (1975) 'Performatives are statements too'. *Philosophical Studies*. 28. p. 229-236.
- _____ e R. M. HARNISH (1979). *Linguistic Communication and Speech Acts*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- BALLMER, T. e W. BRENNENSTUHL (1981). *Speech Act Classification*. Berlin: Springer-Verlag.
- BAKER, G.P. e HACKER, P.M.S. (1984) *Language, Sense and Nonsense*. Oxford: Basil Blackwell.
- BEAUGRANDE, T. de e DRESSLER, W. (1981). *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman.
- BLUM-KULKA, S. e OLSHTAIN, E. (1984). 'Requests and apologies: a cross-cultural study of speech act realization patterns'. *Applied Linguistics*. Vol. 5. No. 3. p.196-213.
- BOGUSLAWSKI, A. (1983a). 'An analysis of promise'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 7. No. 6. p. 607-627.
- _____ (1983b). 'A reply to Jef Verschuren'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 7. No. 6. p. 633-635.
- BROWN, R. (1962). Resenha de 'Philosophical Papers' e 'Sense and Sensibilia'. *Australian Journal of Philosophy*. NO. 40. p. 347-365.
- BROWN, G. e YULE, G. (1983). *Discourse Analysis*. Cambridge: CUP.
- CANDLIN, C. et al. (1976). 'Doctors in casuality: applying communicative competence to components of specialist course design'. *International Review of Applied Linguistics and Language Teaching*. Vol. 14. No. 3. p. 245-272.
- CHOMSKY, N.A. e HALLE, M. (1968). *The Sound Pattern of English*. Nova Iorque: Harper & Row.
- CLARK, H.H. e CARLSON, T.B. (1982). 'Speech

acts and hearers' beliefs'. Em: N.Y. Smith (Org.) (1982). *Mutual Knowledge*. Londres: Academic Press. p. 1-37.

_____ e D. SCHUNK (1980). 'Polite responses to polite requests'. *Cognition*. 8. p. 111-143.

DAVIDSON, D. (1969). 'On saying that'. Em: D. Davidson e J. Hintikka (Orgs.) (1969). *Words and Objections: Essays on the Work of W.V. Quine*. Dordrecht-Holland: Reidel.

_____ (1982). 'Moods and performances' Em: A. Margalitt (Org.) (1982). *Meaning and Use*. Dordrecht-Holland: Reidel

DURANTI, A. (1983). 'Samoan speechmaking across social events: one genre in and out of a fono'. *Language in Society* 12. p. 1-22.

_____ (1988). 'Intentions, language and social action in Samoan context'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 12. p. 13-33.

EDMONDSON, W. (1981). *Spoken Discourse: A Model for Analysis*. Londres: Longman.

EMENEAU, M.B. (1964). 'India as a linguistic area'. Em: D. Hymes (Org.). *Language in Culture and Society*. Nova Iorque. Harper & Row.

FINLAY, M. (1988). 'Deconstructing Austin's pragmatics: An idle tea-table amusement (Russell) or an epistemological solution to the crisis of representation?'. *Semiótica*. Vol. 68. Nos. 1/2. p. 7-31.

FLEW, A. (1979). *A Dictionary of Philosophy*. Londres. Pan Books.

FLOWERDEW, J. (1990). 'Problems of speech act theory from an applied perspective'. *Language Learning*. Vol. 40. No. 1. p. 79-105.

_____ (1991). 'Pragmatic modifications on the representative speech act of defining'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 15.

No. 3. p. 253-264.

FODOR, J.D. (1977). *Semantics: Theories of Meaning in Generative Grammar*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

FRANCK, D. (1984). 'Speaking about speech acts'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 8. No. 1. p. 87-92.

FRASER, B. (1974). 'An analysis of vernacular performative verbs. Em: R. Shuy e C.J. Bailey (Orgs.).(1974). *Towards Tomorrow's Linguistics*. Washington, D.C.: Georgetown University Press. p. 139-158.

_____ (1975). 'Hedged performatives'. Em P. Cole e J.L. Morgan (Orgs.).(1975). *Syntax and Semantics, 3. Speech Acts..N.Y.:* Academic Press. p. 187-210.

FRASER, B., B.L. RINCETT e M. WALTERS. (1980). 'An approach to conducting research on the acquisition of pragmatic competence in second language'. Em: D. Larsen-Freeman (Org.). (1980). *Discourse Analysis in Second Language Research*. Roweley, Mass.: Newbury House.

GAZDAR, G. (1979). *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. Nova Iorque: Academic Press.

GINET, C. (1979). 'Performativity'. *Linguistics and Phylosophy*. 3. p. 245-265.

GIVON, T. (1982). 'Logic vs pragmatics with human language as the referee: toward an empirically viable epistemology'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 6. p. 81-133.

GREWENDORF, G. (1979). 'Explicit performatives and statements'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 3. No. 5. p. 431-445.

HANSHER, M. (1979). 'The classification of cooperative illocucionary acts'. *Language in Society*. Vol. 8. No. 1. p. 1-14.

HARRIS, R. (1980). *Language, Saussure and Wittgenstein*. Londres: Routledge..

HARRIS, S. (1988). *Culture and Learning: Tradition and Education in North-East Arnhem Land*. Darwin: Northern Territory Departament of Education.

HAUSSER, R.R. (1988). 'Surface compositionality and illocutionary force'. Em: Searle et al (Orgs.). (1980). p. 71-96.

HEADLAND, T.N., L.L. PIKE e M. HARRIS (1990). *Emics and Etics: The Insider/Outsider Debate*. Londres: Sage Publications.

HOLDCROFT, D. (1964). 'Meaning and illocutionary acts'. Em: G.H.R. Parkinson (Org.).(1968). *The Theory of Meaning*. Oxford: OUP. p. 166-181.

_____ (1978). *Words and Deeds: Problems in The Theory of Speech Acts*. Oxford: Clarendon Press.

HOLMES, J. (1984). 'Modifying illocutionary force'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 8. No. 3. p. 345-366.

_____ (1990). 'Apologies in New Zealand English'. *Language in Society*. Vol. 15. No. 2. p. 155-200.

HOUSE, J. e F. KASPER (1981). 'Politeness markers in English and German'. Em: F. Coulmas (Org.) *Conversational Routine*. The Hague: Mouton. p. 157-185. HUGHES, S. Jr. (1984). 'Group speech acts'. *Linguistics and Philosophy*. Vol. 7. No. 4. p. 379-396.

JAKOBSON, R. e M. HALLE. (1956). *Fundamentals of Language*. The Hague: Mouton.

KATZ, J.J. (1966). *The Phylosophy of Language*. Nova Iorque: Harper e Row.

_____ (1977). *Propositional Structure and Illocutionary Force*. Nova Iorque: Crowell.

- _____ e R.I. NIGEL (1974). 'Meaning postulates and semantic theory'. *Foundations of Language*. Vol. 11. No. 3. p. 311-340.
- KOLLER, A. (1970). 'Resenha de Searle, J. : Speech acts'. *Language*. Vol. 46. No. 1. p. 217-227.
- LABOV, W. e D. FANSHELL. (1977). *Therapeutic Discourse: Psycho-therapy as Conversation*.
- LAKOFF, G. (1971). 'On generative semantics'. Em: D. Steinberg e L. Jakobovits (Orgs.). (1971). *Semantics*. Cambridge: CUP. p. 232-296.
- LEECH, G. (1974). *Semantics*. Harmondsworth: Penguin Books.
- _____ (1976). 'Metalanguage, pragmatics and performative'. Em: C. Rameh (Org.). *Semantics: Theory and Application*. Washington, D.C.: Georgetown University Press. p. 81-100.
- _____ (1983). *Pragmatics*. Cambridge: CUP.
- LEMMON, J.E. (1962). 'Sentences variable by their use'. *Analysis*. 12. p. 86-89.
- LEVINSON, S.C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: CUP.
- LEWIS, D. (1972). 'General Semantics'. Em: D. Davidson e G. Harman (Orgs.). (1972). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht-Holland: Reidel. p. 169-218.
- LIEB, H.H. (1980). 'Syntactic meanings'. Em: Searle et al (Orgs.). (1980). p. 121-154.
- LIEDTKE, F.W. (1990). 'Representational semantics and illocutionary acts'. Em: A. Burkhardt (Org.). (1990). *Speech Acts, Meaning and Intentions*. Berlin: Walter de Gruyter. p. 194-210.
- MCDONOUGH, R. (1990). 'The Limits of Enlightenment'. *Language and Communication*. Vol. 10. No. 4. p. 255-265.

- NICOLOFF, (1989). 'Threats and Illocutions'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 13. No. 4. p. 501-522.
- NORRICK, N.R. (1978). 'Expressive illocutionary acts'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 2. No. 3. p. 277-291.
- OCHS, E. (1988). *Culture and Language Development: Language Acquisition and Language Development in a Samoan Village*. Cambridge: CUP.
- OHMANN, R. (1972). 'Instrumental style: notes on the theory of speech as action'. Em: B.B. Kachru e H.F.W. Stanhlke (Orgs.). (1972). *Current Trends in Stylistics*. Edmonton, IL: Linguistic Research. p. 115-141.
- POSTAL, P.M. (1970). *Aspects of Phonological Theory*. Nova Iorque: Harper & Row.
- QUINE, W.V.O. (1960). *Word and Object*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- _____ (1990). 'The phoneme's long shadow'. Em T.N. Haeadland et al (Orgs.). (1990). *Emics and Etics: The Insider/Outsider Debate*. Londres: Sage Publications. p. 164-167.
- RAJAGOPALAN, K. (1981). 'Force-softeners in English'. Trabalho apresentado durante o Primeiro Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem, UNICAMP, Campinas. Inédito.
- _____ (1989). 'Atos ilocucionários como jogos de linguagem'. *Estudos Lingüísticos*, XVIII. p. 521-530.
- _____ (1990). 'Dos dizeres diversos em torno do fazer'. *DELTA*, Vol. 6. No. 2. p. 223-254.
- REEDER, K. (1983). 'Classification of children's speech acts: a consumer's guide'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 7. No. 6. p. 679-694.

REISS, N. (1985). *Speech Act Taxonomy as a Tool for Ethnographic Description: An Analysis Based on Videotapes of Continuous Behavior in Two New York Households. Pragmatics and Beyond. VI.* &. Amsterdam: John Benjamins.

ROSALDO, M.Z. (1982). 'The things we do with words: Ilongot speech acts and speech act theory in philosophy'. *Language in Society*. 11. p. 203-237.

ROSS, J.R. (1970). 'On declarative sentences'. Em: R. Jacobs e P. Rosenbaum (Orgs.). (1970). *Reading in English Transformational Grammar*. Waltham; Ginn. p. 222-272.

SBISD, M. (1984). 'On illocutionary types'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 8. No. 1. p. 93-112.

_____ (1989). 'Resenha de Reiss (1985)'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 13. No. 1. p. 137-142.

SADOCK, J. (1974). *Toward a Linguistic Theory of Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press.

SCHMIDT, R.W. e J.C. RICHARDS (1980). 'Speech acts and second language learning'. *Applied Linguistics*. 1 (2). p. 129-157.

SEARLE, J.R. (1965). 'What is a speech act?' Em: J.R. Searle (Org.). (1971). p. 31-45.

_____ (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: CUP.

_____ (1971a). 'A taxonomy of illocutionary acts'. Em: J.R. Searle (1979). p. 1-30.

_____ (Org.). (1971b). *Philosophy of Language*. Londres: CUP.

_____ (1975a). 'Linguistics and the philosophy of language'. Em R. Bartsch e T. Venneman (Orgs.). (1975). *Linguistics and*

Neighbouring Disciplines. Amsterdam: North Holland. p. 88-100.

_____ (1975b). 'Indirect speech acts'. Em: P. Cole e J.L. Morgan (Orgs.). (1975). Syntax and Semantics Vol. 3. Speech Acts. Nova Iorque: Academic Press. p. 59-82.

_____ (1979). Expression and Meaning. Londres: CUP.

_____ (1983). Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind. Cambridge: CUP.

_____ (1984). Minds, Brains and Sciences. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____ (1989). 'How performatives work'. Linguistics and Philosophy. 12. p. 535-558.

_____, F. KIEFER e M. BIERWISCH (Orgs.). (1980). Speech Act Theory and Pragmatics. Dordrecht-Holland; D. Reidel.

_____ e D. VANDERVEKEN. (1985). Foundations of Illocutionary Logic. Cambridge: CUP.

SILVERSTEIN, m. (1979). 'Language structure and linguistic ideology'. Em: P. Clyne et al (Orgs.). (1979). The Elements: A Parasession on Linguistic Units and Levels. Chicago: CLS.

SINCLAIR, J. e R.M. COULTHARD (1975). Towards and Analysis of Discourse: The English Used by Teachers and Pupils. Oxford: CUP.

SINGH, R. e J.K. LEE (1990). 'Language, power and cross-sex communication strategies in Hindi and Indian English revisited'. Language in Society. Vol. 19. No. 4. p. 541-547.

_____, _____ e G. MARTOHARJONO (1988). 'Communication in a multilingual society: some missed opportunities'. Language in Society. Vol. 17. No. 1. p. 43-59.

SMITH-HEFNER, N.J. (1988). 'Women and politeness: the Javanese example'. Language

- in Society. Vol. 17. No. 4. p. 535-554.
- STREECK, J. (1980). 'Speech acts in interaction: a critique of Searle'. *Discourse Processes*. 3. p. 133-154.
- TRAVIS, C. (1975). *Saying and Understanding: A Generative Theory Illocutions*. Nova Iorque: University Press.
- TROSBERG, A. (1987). 'Apology strategies in natives/non-natives'. *Journal of Pragmatics*. 11. p. 147-167.
- TSUCHIHASHI, M. (1983). 'The speech act continuum: and investigation of Japanese sentence final particles'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 7. No. 4. p. 361-387.
- TSUI, A. (1987). 'Aspects of the classification of illocutionary acts and the notion of the perlocutionary act'. *Semiótica*. Vol. 66. No. 4. p. 359-377.
- URMSON, J.O. (1967). *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press. p. 232-238.
- van EEMEREN, F.H. e R. GROOTENDORST (1982). 'The speech acts of arguing and convincing in externalized discussions'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 6. No. 1. p. 1-24.
- van EK e L.J. ALEXANDER (1975). *Threshold Level English*. Oxford: Pergamon for the Council of Europe.
- VENDLER, Z. (1972). *Res Cogitans*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
- VERSCHUREN, J. (1979). 'The analysis of speech acts verbs: theoretical preliminaries'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 3. No. 5. p. 457-460.
- _____ (1980). *On Speech Act Verbs*. Amsterdam: John Benjamins.
- _____ (1983). 'On Boguslawski on promise'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 7. No.

6. p. 629-632.

WELLS, C.G., M.N. MONTGOMERY e M. McLURE (1979). 'Adult-child discourse: outline of a model of analysis'. *Journal of Pragmatics*. 3. p. 337-380.

WIERZBICKA, A. (1980). *Lingua Mentalis*. Nova Iorque: Academic Press.

_____ (1985). 'Different cultures different languages, different speech acts: English vs Polish'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 9. No. 2. p. 145-178.

_____ (1985b). 'A semantic metalanguage for a crosscultural comparison of speech acts and speech genres'. *Language in Society*. Vol. 14. No. 4. p. 491-514.

_____ (1986a) 'Does language reflect culture? Evidence from Australian English'. *Language in Society*. Vol. 15. No. 3. p. 349-374.

_____ (1986b). 'A semantic metalanguage for the description and comparison of illocutionary meanings'. *Journal of Pragmatics*. Vol. 10. No. 2. p. 67-107.

WETZEL, P.J. (1988). 'Are "powerless" communicative strategies the Japanese norm?'. *Language in society*. Vol. 17. No. 4. p. 555-565.

WILKINS, D.A. (1976). *Notional Syllabuses*. Oxford: OUP.

WRIGHT, R.A. (1975). 'Meaning and conversational implicature'. Em: P. Cole e J.L.Morgan (Orgs.). (1975). *Syntax and Semantics* 3. *Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press. p. 363-382.

ZWICKY, A.M. (1973). 'Linguistics as chemistry: the substance theory of semantic primes'. Em: S.R. Anderson e P. Kiparsky

(Orgs.)(1973). A Festschrift for Morris
Halle. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston
Inc. p. 467-486.